



Fl.

031

2016.02.29

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL****ATA NÚMERO CATORZE DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 29 DE FEVEREIRO DE 2016**

Aos vinte e nove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezasseis, nesta Cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município e Salão Nobre das Reuniões, teve lugar a décima quarta sessão da Assembleia Municipal de Tarouca, sob a presidência do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Domingos Manuel Pinto Nascimento, coadjuvado pelos membros Rui Manuel da Costa Pereira, primeiro secretário e Dina Maria de Almeida Tomé, segunda secretária.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a reunião pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos.

Procedeu-se de imediato à chamada para a verificação do quórum, tendo-se notado a presença dos seguintes membros, para além dos supra mencionados que constituem a Mesa da Assembleia:

- **Membros eleitos diretamente:**

- Luís Fernando Coelho de Barros Pereira; António Luís Carrapa Sarmento; António do Carmo Santos; Manuel do Carmo Ferreira; Liliana Matias Soares; José Manuel de Andrade Oliveira; Manuel Leite dos Santos e Anabela Carvalho Almeida Pinto Sousa.

- **Presidentes de Junta de Freguesia:**

- Rufino Marcelo Queirós; Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo; Tiago Jorge Martins Eusébio; Domingos dos Santos Rodrigues; Balduino do Carmo Fonseca, Tesoureiro da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouveias e Ucanha, em substituição de João Manuel Santos Félix; Vítor Alexandre Cardoso Ferreira e Rui Fernando Guedes Raimundo.

Não comparecerem os seguintes membros: Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso; Ana Palmira Botelho Figueiredo; Paulo Jorge Dias Pereira e Teresa Alexandra Carvalho Silva.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido os Senhores Vereadores José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se também a presença da Coordenadora Técnica, Ana Maria Guerra Borges, designada para lavrar as atas e as minutas da Assembleia Municipal, no mandato autárquico de 2013 - 2017.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu aos cidadãos presentes, por se terem disponibilizado para nos vir ouvir.

Agradeceu ainda a presença da comunicação formal e informal porque nos ajudam a levar mais longe a mensagem do trabalho que é feito nesta Assembleia Municipal e da sua importância para o Concelho.

Felicitou o Senhor Presidente da Câmara por se ter deslocado à Suíça, para visitar os nossos emigrantes, e pela forma digna como o fez e sempre o tem feito, ajudando-os e valorizando o nosso Concelho noutros países.

Aproveitou a oportunidade para chamar a atenção dos presentes, para o facto de se poderem inscrever, para o primeiro momento da intervenção do público.

Passou-se de imediato à discussão da agenda de trabalhos que se segue:

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

❖ Apreciação e votação da ata nº 13 da sessão ordinária de 28.11.2015;

❖ Intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal: Expediente, informações e contextualização da sessão.

❖ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (1º momento)**

❖ **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA (continuação)**

❖ Intervenção dos membros da Assembleia nos termos do art. 17º do Regimento.

❖ **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

1. Apreciação do Relatório Anual de Atividades e Avaliação de 2015 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, de acordo com a al. h) do nº 2, do art. 18º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1/09);

2. Apreciação e votação da proposta de delimitação da Áreas de Reabilitação Urbana, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto (regime jurídico da reabilitação urbana - RJRU);

3. Apreciação e votação da proposta de nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas, "BDC & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda.", como auditora externa responsável pela certificação legal de contas, nos termos dos artigos 76º e 77º da lei nº 73/2013, de 03.09, para os anos de 2016 e 2017;

4. Apreciação e votação do projeto de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Município de Tarouca;

5. Apreciação e votação do Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança de Tarouca;

6. Apreciação e votação da proposta de alteração ao Regulamento do Programa "Cidadão Participa";

7. Apreciação da informação respeitante aos compromissos com encargos plurianuais assumidos no período de 17.11.2015 a 08.02.2016;

8. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09).

♦ **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (2° momento)**

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA N° 13 DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 28.11.2015

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à discussão do plenário a ata número treze da sessão ordinária de vinte e oito de novembro do ano findo, cuja leitura foi dispensada, em virtude do texto ter sido distribuído previamente a todos os membros da Assembleia Municipal.

O Primeiro Secretário da Mesa solicitou as seguintes alterações na primeira folha da ata:

- 1° parágrafo: onde se lê "(...)edifício dos Paços do Município e Salão Nobre das Reuniões(...),deverá ler-se "(...)Auditório Municipal Adácio Pestana (...)":

- 5° parágrafo: onde se lê "Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido os Senhores Vereadores José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias", deverá ler-se "Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, Susana Cristina Dias Pereira, José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias.

Verificou-se ainda a presença do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores José Damião Lopes Guedes de Melo, e Susana Cristina Dias Pereira, não tendo comparecido os Senhores Vereadores José António Amaro Nunes e Afonso Manuel Batista Dias.

Não tendo sido apresentadas outras alterações, procedeu-se de seguida à votação da ata número treze da sessão ordinária de vinte e oito de novembro do ano findo, a qual foi aprovada por maioria de treze votos a favor e cinco abstenções dos membros Dina Maria de Almeida Tomé, Liliana Matias Soares, Domingos dos Santos Rodrigues, Rui Manuel Guedes Raimundo e Balduino do Carmo Fonseca, por não terem estado presentes naquela sessão.

INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: CONTEXTUALIZAÇÃO DA SESSÃO, EXPEDIENTE E INFORMAÇÕES.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que foi recebida a seguinte correspondência, a qual se encontra disponível para consulta:

☐ Convites de várias Instituições/entidades para as respetivas festas de Natal;

☐ Convite do Grupo de Jovens de Meixedo para a iniciativa que o Executivo Municipal tem vindo a desenvolver sob a designação "Gosto da Minha Terra" e que desta vez teve lugar em Meixedo, na qual só lhe foi possível comparecer de tarde,

uma vez que esteve a representar o Município na freguesia de S. João de Tarouca;

□ Ofício dos CTT em resposta à reclamação de falta e entrega da correspondência - informando que não foi detetada qualquer anomalia;

□ Ofício da Direção-Geral das Autarquias Locais, relativo ao apuramento do endividamento municipal em 31.12.2014, onde se refere o excesso face aos limites definidos no art. 52º da lei nº 73/2013, e que constituía audiência prévia para o Executivo Municipal se pronunciar, acompanhado da resposta remetida pelo Município.

Prosseguiu informando que foram aceites pela Mesa as justificações de falta dos membros Maria Albertina da Silva Ferreira Adrega Cardoso, Ana Palmira Botelho Figueiredo e Teresa Alexandra Carvalho Silva, as quais serão arquivadas sob os números cinco, seis e sete, do maço de documentos número um do livro de atas número onze.

Quanto à contextualização da sessão, iniciou por referir que às sextas-feiras continuam a fazer o atendimento a cidadãos a título individual ou em representação de Instituições.

Informou que no dia doze de fevereiro corrente a Comissão Permanente da Assembleia Municipal teve uma reunião, salientando a importância que estas reuniões têm para o funcionamento do órgão.

Agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salzedas a hospitalidade e a forma como foi realizada a visita da Assembleia Municipal a Salzedas, no dia doze de dezembro do ano findo, que considera que foi mais um ponto alto do trabalho da Assembleia Municipal, parecendo-lhe que as pessoas se dão conta disso, na medida em que vêm os órgãos aproximarem-se delas, dos seus problemas e ambições, mesmo fora do contexto eleitoral.

Referiu que participou na comemoração do Dia da Não Violência e da Comemoração da Paz, do Agrupamento de Escolas de Tarouca, o qual considerou um evento fantástico, muito bonito e com grande eficácia nos jovens para a promoção da paz e da não-violência nas escolas e na comunidade.

Destacou que uma das grandes preocupações em agenda para o corrente ano tem a ver com a desertificação das nossas aldeias e por isso saudou o Executivo pela elaboração do Regulamento da Natalidade, o qual por não resolver todos os problemas, mas ajuda.

Prosseguiu dizendo que outra das grandes preocupações em agenda é a necessidade de definição de estratégias no âmbito do turismo, tendo em conta que é um ponto fundamental para o Concelho se desenvolver. Referiu que sabe que o Executivo está a trabalhar nesse sentido, para que os agentes económicos percebam qual a direção que devem seguir.

Referiu que outra questão muito importante em agenda é a da saúde, pois preocupa-o o alargamento do horário no Centro de



Fl. 033

2016.02.29

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Saúde de Tarouca, que nem sempre tem sido cumprido, entendendo que se deve continuar a lutar para se manter. Preocupa-o também a falta de médicos que em breve se enfrentará, pois temos em Tarouca uma geração de excelentes médicos que está na fase final da sua carreira e por isso tem de ser antecipado esse contexto.

Salientou o trabalho da Unidade de Cuidados na Comunidade de Tarouca, que é a única na região Douro Sul, e ainda da equipa de Cuidados Continuados no domicílio, agradecendo ao Executivo o protocolo que celebrou com esta Unidade, através do qual efetivou a cedência de técnicos do Município para enriquecer aquela equipa.

Referiu que na sequência da visita que foi feita pela Comissão Permanente ao Agrupamento de Escolas, ficou a preocupação com a falta de alunos que virá a acontecer daqui a uns anos, devendo tentar perceber-se em conjunto qual a oferta formativa mais adequada para o futuro próximo.

Destacou o trabalho de qualidade que está a ser desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, nomeadamente no âmbito da rede local que apoia os mais desfavorecidos e no Centro de Atividades Ocupacionais, pois é com orgulho que sente que os nossos concidadãos deficientes estão a ter este apoio de excelência.

Aproveitou para informar que o Congresso da Cidadania Política terá lugar no próximo dia dezoito de junho, o qual será neste ano alargado a toda a região Douro Sul, porque se entendeu que é necessário pensar numa escala de maior dimensão, sendo o grande tema o Douro Sul.

Informou ainda acerca das conferências de regresso a casa que se pretendem realizar, com o intuito de fazer regressar ao Vale do Varosa tarouquenses que se têm distinguido a nível académico e outros noutros países ou noutras localidades, para que os possamos conhecer e aprender com eles e para que sejam embaixadores deste Concelho nos lugares onde residem.

Quanto ao 25 de Abril, disse que se vai procurar adotar um modelo diferente, mais simples e mais genuíno, não desvirtuando a importância do dia, mas procurando acabar com os discursos políticos, transformando-os em mensagens, e tendo como estrutura central a música. Esta ideia foi bem acolhida no seio da Comissão Permanente, esperando que todos gostem deste modelo e que na prática resulte.

Passou-se de seguida ao

1º MOMENTO DO PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Inscreveu-se para intervir no primeiro momento do período de intervenção do público o senhor Padre José Augusto Matias Pereira, em representação do Centro Social e Paroquial de Várzea da Serra.

Iniciou por dizer que há vinte e seis anos, em agosto, foi inaugurado o Centro Social e Paroquial de Várzea da Serra

com o Centro de Dia e apoio domiciliário e passados dez anos foi inaugurada a valência de lar, cujos projetos foram aprovados e comparticipados pela Segurança Social. Contudo, a legislação foi alterada desde aquela data e há dois anos solicitou à Segurança Social uma inspeção às instalações, para saber o que tinha de ser corrigido com base na nova legislação. Com a colaboração dos técnicos do Município foi feito o projeto de restauro das instalações.

Continuou referindo que a Instituição não tem dinheiro em abundância, pois a grande maioria dos utentes apenas recebe a pensão de reforma mínima, e por isso teve de recorrer ao apoio da Câmara Municipal para efetuar as obras de adaptação à nova legislação.

Explicou que fez questão de intervir neste período para agradecer à Câmara Municipal a oferta dos seus trabalhadores e de quase todo o material necessário para adaptar as instalações às leis atuais, prestando-lhe desta forma a sua homenagem pública por toda a colaboração dada, entendendo que é assim que as Instituições devem trabalhar.

Acrescentou ainda que este agradecimento é feito também em nome do povo de Várzea da Serra.

Terminada a intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara disse que é obrigação do Executivo apoiar todas Instituições que precisam. Disse ainda que gostariam de fazer muito mais e melhor, mas todos conhecem as limitações financeiras do Município e mesmo assim têm-no feito dentro das suas possibilidades.

Referiu que têm aproveitado muito bem os recursos humanos de que dispõe o Município para responder aos pedidos das várias instituições, pois têm bons trabalhadores, que conseguem satisfazer as solicitações que vão sendo feitas.

Disse ainda que, por vezes, também têm de dizer não por falta de disponibilidade financeira, o que lhes custa imenso, mas sempre que podem têm dado a colaboração possível.

Terminado o primeiro momento da intervenção do público, passou-se à

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA NOS TERMOS DO ART. 17º DO REGIMENTO

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à intervenção dos membros da Assembleia, nos termos do artigo dezassete do Regimento.

Intervieram os seguintes membros:

- **Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo** - Em nome da Freguesia de Salzedas deixou um agradecimento especial aos heroicos resistentes que participaram na visita realizada à Freguesia de Salzedas, pois puderam ver no local algumas das obras físicas realizadas, as quais só foi possível



2016.02.29

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

concretizar graças ao esforço do Executivo Municipal, a quem também deixa um agradecimento muito especial.

Referiu que os recursos financeiros do Município são poucos como todos sabem, mas os seus trabalhadores são uns excelentes profissionais e todas as obras executadas têm sido conseguidas graças a eles.

Agradeceu ainda ao Senhor Presidente da Câmara toda a colaboração dada, não podendo esquecer os dois vereadores a tempo inteiro que em termos técnicos também têm colaborado imenso com a sua freguesia.

Salientou a realização do evento "Gosto da Minha Terra" em Meixedo, que teve a participação de muitos munícipes e um evento realizado em Vila Pouca sem custos, mas também com muita participação da população, referindo que estes eventos dão mais vida à sua freguesia.

Concluiu agradecendo a presença do Senhor Presidente da Assembleia Municipal nos dois eventos, assim como ao Senhor Presidente da Câmara e aos Senhores Vereadores.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Alertou para o facto de se imporem medidas de controlo e erradicação da proceccionária (lagarta do pinheiro) na Escola Dr. José Leite de Vasconcelos, uma vez que pode ser perigosa para os cães e para as pessoas.

Alertou ainda novamente para a necessidade de segurança dos parques infantis do Concelho, que se encontram muito degradados, constituindo um perigo a céu aberto para as crianças. Solicitou por isso ao Senhor Presidente da Câmara que sejam tomadas medidas para reparar o que está danificado.

- **Rui Manuel Costa Pereira** - Transmitiu a preocupação das pessoas residentes no lugar de Esporões, pela falta de sinalização horizontal da Estrada, designadamente da passadeira junto à fonte dos Esporões que está invisível, tendo já causado alguns sustos na população. Solicitou a resolução deste problema, bem como de situações análogas existentes no Concelho.

- **Tiago Jorge Martins Eusébio** - Perguntou relativamente à estrada que liga Teixelo a Vilarinho, se é para ficar com o tapete que estão a colocar nas travessias.

Solicitou a colocação de cabines mais dignas nas paragens de autocarro de S. João e Tarouca, uma vez que é um local que recebe muitos turistas.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Em relação ao Centro de Atividades Ocupacionais disse que é uma obra que deve encher a todos de orgulho, pois a deficiência é uma área muito abandonada e por isso considera que foi muito feliz a ideia da realização desta obra.

Convidou todos os presentes a visitarem o CAO, para verem as condições do edifício e a forma como os deficientes têm ali mais qualidade de vida.

Agradeceu ao Senhor Presidente da Câmara todo o esforço feito para a conclusão da adaptação do edifício.

Explicou ainda que o edifício do CAO tem capacidade para vinte e dois utentes, mas infelizmente só conseguiram sete protocolos com a Segurança Social, o que obriga a um grande esforço da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, contudo é uma valência muito importante da qual todos se devem orgulhar e apoiar.

Relativamente ao Carnaval, disse que havia a tendência para cada instituição fazer o seu desfile, mas este ano conseguiu-se fazer um desfile com a participação de todas as instituições, tendo resultado um excelente desfile.

Referiu a relevante obra social que tem sido feita na sua freguesia, salientando que as Instituições Sociais estão no bom caminho, porque estão todas a dar as mãos e por isso tudo o que possa ser partilhado para criar sinergias é muito importante.

Disse que as freguesias de União das Freguesias de Tarouca e Dálvares e de Mondim da Beira estão a fazer a limpeza do rio Varosa, o que é um trabalho muito importante para o ambiente.

- **Manuel Leite dos Santos** - Disse que quando acontece um apagão é um transtorno e um desconforto e aqui no Concelho todos os dias acontece um apagão durante certas horas da madrugada, o que é bastante desagradável para todos os residentes e para quem visita o Concelho.

Disse que todos os Tarouquenses e os que visitam o Concelho são cidadãos do País e do Mundo e por isso não deveriam estar a ser castigados, pois pagam os mesmos impostos que os outros, e, mesmo sendo uma medida temporária, julga que deveria estudar-se uma nova solução.

Referiu que compreende que há um plano de contenção de gastos em curso e que já vem de outros mandatos, mas entende que se podia tentar fazer algo diferente. Referiu que a substituição das lâmpadas existentes por lâmpadas LED seria uma boa solução, mas sabe que isso pressupunha um grande esforço financeiro.

Solicitou que seja feita uma reflexão sobre o assunto, pois não gostaria que este tempo das cavernas permanecesse. Propôs ao Executivo que fosse feito um estudo técnico no sentido de através de um controlador manter ligada a eletricidade de noite, funcionando durante umas horas duas fases e noutras horas apenas uma fase, o que traria uma maior economia e evitaria o apagão todas as madrugadas.

- **António Luís Carrapa Sarmiento** - Manifestou o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, quer pelas Associações, quer pelos grupos informais de cidadãos do Concelho, no sentido da animação dos períodos festivos do Natal e do Carnaval.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Salzedas disse que não tem de agradecer a presença dos membros deste órgão na visita à sua freguesia, porque foi para isso que foram eleitos, para se inteirarem sobre o andamento das obras no Concelho. Acrescentou que esta visita é apenas um exemplo que veio contradizer o que se afirmou na última Assembleia Municipal sobre a questão das obras, pois tiveram a oportunidade de presenciar as inúmeras obras físicas que foram executadas, desde o muro que há tantos anos era necessário fazer, passando pela recuperação da ponte para que o autocarro passasse em segurança, pela recuperação do edifício da escola de Vila Pouca, pelo Centro de Dia, entre muitas outras obras que podiam ser referidas.

Ao membro Manuel Leite dos Santos disse que partilha da sua preocupação quanto à iluminação pública, porque quando tem de trabalhar até mais tarde e se desloca para Tarouca sente a mesma coisa. Quanto às opções técnicas que apresentou, sabe que elas são utilizadas já em muitos Concelho, mas julga que o Executivo irá explicar esse assunto, apesar de saber que o grande problema será a falta de dinheiro.

Terminadas as intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal iniciou por agradecer a preocupação manifestada pelo membro Luís Fernando Coelho de Barros Pereira, referindo que irão combater a lagarta do pinheiro e que irá mandar os técnicos proceder ao levantamento das deficiências nos parques infantis para poder ser feita a respetiva remodelação.

Ao membro Rui Manuel Costa Pereira, disse que a sinalização horizontal também é uma preocupação do Município, por isso adquiriram uma máquina para proceder à pintura das estradas, contudo é necessário que as condições metrológicas e a temperatura o permitam, o que ainda não aconteceu.

Ao membro Tiago Jorge Martins Eusébio disse que o Município irá colocar tapete na estrada entre Teixelo e Vilarinho onde passou o saneamento, uma vez que a obra está a ser concluída.

Quanto às cabines de paragem dos autocarros, disse que irá ter em atenção este assunto, porque efetivamente o número de turistas em S. João de Tarouca triplicou no ano de dois mil e quinze. Aproveitou para dizer que foi apresentada uma candidatura a fundos comunitários, para que os espaços turísticos se apresentem com outra dignidade, retirando assim os contentores de lixo existentes à superfície, enterrando os mesmos, pois apresentam mau aspeto.

A propósito, referiu que o Município está a fazer a sua parte no que respeita ao turismo, com a realização de diversas reuniões com agentes turísticos, disponibilizando guias turísticos para os monumentos do Concelho e estando

sempre disponíveis para resolver qualquer situação de empresários do Concelho. No entanto, entende que os privados, designadamente os empresários, também precisam de fazer um esforço para se prepararem para receber os turistas, o que lhe parece que ainda não está a acontecer. Ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo disse que o CAO constitui um motivo de grande satisfação, pois é uma valência muito importante para muitas famílias do Concelho, que muitas vezes lhe agradecem esta valência, porque ficaram mais libertas durante o dia e vêm ali os seus familiares bem cuidados.

Disse ainda que sempre entendeu que era muito importante que as parcerias entre as Instituições funcionassem e, neste momento, vê isso acontecer o que o deixa muito satisfeito, e reduz muito a parte económica.

Referiu que sabe que nem todos os presentes têm conhecimento do que é feito na área social, por isso salientou o transporte de dezenas de pessoas para o IPO, depois de devidamente sinalizadas pelos técnicos, pois tudo é feito de acordo com as indicações dos serviços de ação social. Acrescentou que fica muito emocionado com os pedidos que diariamente lhe são apresentados pelas pessoas que necessitam de apoio e que quando não tem uma resposta fica muito constrangido, por isso sempre que é possível tenta resolver o problema.

Ao membro Manuel Francisco Alves Pinto Laranjo disse que desde que tomaram posse se concentraram nos recursos humanos disponíveis e decidiram aproveitá-los para fazer um trabalho de proximidade muito importante para as pessoas, relevando o papel dos funcionários do Município.

Lembrou o excelente trabalho de parceria que o Executivo em conjunto com as Juntas de Freguesia têm conseguido realizar, pois estas estão sempre disponíveis para também colaborar com os funcionários.

Relativamente ao programa "Gosto da Minha Terra" disse que é uma forma de dar vida às aldeias do Concelho com a colaboração das Associações, mantendo vivas as tradições através do envolvimento de todas as gerações. Considera que é muito importante a dinâmica das Associações nas povoações, uma vez que as escolas já lá não funcionam.

Concluiu dizendo ao membro Manuel Leite dos Santos que ficou satisfeito com a preocupação que hoje aqui apresentou relativa à iluminação pública, que é uma preocupação de todos, mas quase todos os Municípios estão a viver uma situação idêntica. Explicou que já apresentaram uma candidatura para substituir a iluminação pública por lâmpadas LED, por isso, logo que a mesma seja aprovada já poderão manter a luz acesa durante toda a noite.

Passou-se de seguida à discussão do primeiro ponto da ordem do dia:

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL****PONTO 1. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES E AVALIAÇÃO DE 2015 DA COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TAROUCA, DE ACORDO COM A AL. H) DO N° 2, DO ART. 18° DA LEI DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM PERIGO (LEI N° 147/99, DE 1/09)**

Presente o Relatório Anual de Atividades e Avaliação do ano de dois mil e quinze da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca, de acordo com a al. h) do n° 2, do art. 18° da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n° 147/99, de 1/09), o qual foi enviado com a devida antecedência a todos os membros para apreciação, e será arquivado sob o número oito do livro de atas número onze.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal salientou o trabalho importante e profundamente discreto que a Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca tem vindo a realizar, felicitando-a, bem como aos restantes elementos da Comissão, pelo trabalho intenso e eficaz desenvolvido.

Deu de seguida a palavra à Presidente da Comissão para apresentar o relatório.

A Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca iniciou por explicar a forma como é composta a CPCJ, pela Comissão Restrita e pela Comissão Alargada, referindo que é a Comissão Restrita que trata cada caso, nos quais colocam um pouco de si próprios, tentando minimizar algumas das situações mais problemáticas no Concelho.

Explicou que a Comissão Restrita é composta por uma equipa multidisciplinar de técnicos de várias áreas sociais, a quem agradece toda a disponibilidade que têm oferecido a esta causa.

Agradeceu ao Assistente Técnico, Guilherme Assunção, que presta apoio administrativo à Comissão há doze anos, pelo tempo que disponibiliza para a Comissão e por toda a sua dedicação e empenho.

Agradeceu ainda à Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, por toda a colaboração e preocupação com esta causa, nas mais diversas situações que lhe são apresentadas.

Ao membro Rui Fernando Guedes Raimundo, na qualidade de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Tarouca, agradeceu pelo acolhimento de algumas crianças.

Agradeceu também ao Senhor Diretor do Agrupamento que tem sido um grande parceiro, assim como a todos os Presidentes de Junta por toda a colaboração prestada.

Prosseguiu a sua intervenção apresentando a composição das comissões restrita e alargada, explicando as respetivas funções e a forma discreta como as mesmas são exercidas.

Apresentou de seguida o número de comunicações e esclarecimentos entre a Comissão e o Ministério Público, com quem estão interligados e têm mantido uma boa relação.

Apresentou ainda o número total de processos transitados, abertos, reabertos e arquivados, no ano findo.

Destacou que a faixa etária mais problemática no Concelho é entre os quinze e os dezassete anos, tendo explicado que a abertura de processos desta faixa etária obriga a que obtenham o consentimento do jovem para a intervenção, e que quando isso não acontece os casos são arquivados.

Explicou que os processos instaurados resultam da parceria com a escola, autarquias e forças de segurança, que têm feito diversas sinalizações.

Referiu que o maior motivo para intervenção no Concelho é a violência doméstica, que resulta da falta de dinheiro e do alcoolismo, a que se segue a negligência. Salientou que o absentismo escolar está a diminuir o que é importante e resulta da parceria com o Agrupamento Escolar.

Apresentou as medidas que foram aplicadas, tendo salientado as medidas de apoio junto aos pais, para que as crianças não saiam do ambiente delas, passando dessa forma a ser trabalhada a família completa e não só a criança, para que haja um reajuste do comportamento dos pais, o que requer um esforço muito maior dos elementos da Comissão.

Referiu o evento realizado no dia vinte de novembro findo, para a comemoração do Dia Internacional da Convenção dos Direitos das Crianças, tendo destacado o trabalho que os professores desenvolveram com as crianças, o que também é fazer prevenção.

Concluiu referindo a realidade processual que transitou para o ano de dois mil e dezasseis, na qual se verifica que a violência doméstica continua a ser o principal motivo de intervenção.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu o trabalho apresentado, porque é muito importante para estarmos atentos ao que se passa na nossa comunidade.

Considera que é preciso ter um estofo psicológico significativo para conseguir estar nesta comissão, pois no âmbito de outras funções que desempenhou teve de nomear pessoas para integrarem estas comissões e passado algum tempo vinham pedir para sair porque não tinham capacidade psicológica para suportar o esforço que precisam para desempenhar essa função, por isso manifestou o seu profundo reconhecimento pelo trabalho que tem vindo a realizar, bem como de toda a Comissão, que é profundamente um trabalho de cidadania.

Intervieram ainda os seguintes membros:

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Disse que a sua intervenção é feita mais enquanto cidadão do que como membro de um grupo municipal representante de um partido.

Referiu que com esta intervenção da Presidente da CPCJ, e estando presentes os Senhores Presidente da Câmara e o Provedor da Santa Casa da Misericórdia, Rui Fernando Guedes

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Raimundo, vê aqui um fio condutor notável que é cada vez mais raro encontrar nesta sociedade quem o assuma e quem por ele oriente a sua vida, os seus valores e os seus propósitos.

Disse ainda que nestas pessoas está patente uma matriz cristã fundada à luz dos evangelhos. Referiu que no último fim de semana houve um atentado deplorável que é contra todos esses valores. A Europa cresceu baseada na sua raiz judaico-cristã, da qual se tem vindo a esquecer e agora cada vez mais é um espaço onde a não solidariedade está a implodir.

Prosseguiu dizendo que felizmente encontra aqui, nas pessoas que destacou, que têm esta matriz que vai buscar o que de mais belo que o homem tem e tenta guiar as suas ações e fazer algo de bom pelo próximo e apesar de saber que se poderia fazer de outra forma, não seria a mesma coisa.

Concluiu dizendo que fazem um trabalho notável, por isso pede que não o abandonem e o ajudem a perseverar.

- **Tiago Jorge Martins Eusébio** - Agradeceu, na qualidade de Presidente de Junta, à Presidente da CPCJ pela forma como tem resolvido situações muito complicadas que têm surgido na sua freguesia, com famílias sem condições económicas, com muitas carências a todos os níveis.

Destacou a importância do trabalho desempenhado e todo o empenho e dedicação para conseguirem que essas crianças tenham uma vida mais digna.

Salientou ainda questão do transporte para o IPO das pessoas mais carenciadas, referido pelo Senhor Presidente da Câmara, que também é muito importante e o Município tem feito um excelente trabalho nesse sentido, pois nunca tem recusado qualquer pedido.

Concluiu agradecendo a todos o trabalho que tem vindo a ser feito, salientando o empenho e a dedicação dos Senhores Presidente da Câmara e da Presidente da CPCJ.

- **António do Carmo Santos** - Realçou o importante papel da CPCJ, na pessoa da respetiva Presidente, porque embora seja uma função que tem de ser desempenhada, nem todas as pessoas conseguiriam dar-lhe o cariz humano que ela lhe imprime.

Disse que, muitas vezes, a violência doméstica e outros motivos não se devem a situação criada pelas próprias pessoas, mas sim a fatores externos, designadamente as condições económicas, sendo necessário ter uma determinada sensibilidade para tratar essas situações, que os tribunais não têm.

Considera que todos têm a responsabilidade de denunciar casos que conheçam e necessitem da intervenção da CPCJ.

Em relação aos Senhores Presidente da Câmara e Provedor da Santa Casa da Misericórdia, Rui Raimundo, disse que é preciso ter sensibilidade para tratar determinadas situações, e por isso só seres humanos especiais o

conseguem, tendo manifestado a sua admiração pelo carácter humano que ambos têm revelado.

Reconheceu ainda o trabalho desenvolvido pelo Senhor Padre Matias, que na área social também tem tido uma grande importância em Várzea da Serra.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Em primeiro lugar dirigiu-se à Presidente da CPCJ, agradecendo-lhe o trabalho que está a desenvolver, o qual não é visível, mas é muito importante. É um trabalho de equipa minucioso, em que cada caso é um caso e tem de ser tratado como tal. Deu os parabéns a todos os elementos da Comissão Alargada e da Comissão Restrita. Salientou ainda a importância de se poder contar com o apoio conjunto dos Senhores Presidentes de Junta e das Instituições de Solidariedade Social para a resolução dos diversos problemas que vão surgindo no Concelho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal manifestou o seu regozijo pela forma como se pronunciaram os membros da Assembleia sobre este ponto, salientando a importante antecâmara que existe no Concelho, que atua antes da CPCJ, e que permite ir minimizando de forma diferenciadora os problemas que vão surgindo.

Disse que todos nós temos disponibilidade humana para servir, mas há neste momento um conjunto de pessoas que têm uma total disponibilidade para servir, como é o caso do Senhor Presidente da Câmara, dos Senhores Presidentes de Junta e dos Presidentes das Instituições.

Considera que Tarouca tem uma forma muito diferenciadora de abordagem destas questões sociais, apresentando um profundo agradecimento a todos por esse facto.

Interveio de seguida **o Senhor Presidente da Câmara**, que iniciou por dizer que na viagem que fez à Suíça para comemoração do aniversário da Associação dos Emigrantes, da qual regressou no dia anterior, lhes disse que não conseguia transmitir por palavras o que lhe ia na alma, sentindo exatamente o mesmo neste momento, porque não tem palavras para descrever o trabalho que tem sido feito pela CPCJ.

Disse que conhece a realidade de algumas CPCJs que até gostam de ver o seu trabalho ser tornado público, para mostrarem que trabalham, não sendo isso que acontece na CPCJ de Tarouca, onde é desenvolvido um trabalho muito importante, de forma discreta, mas com sentimentos de amizade e de dedicação, sendo por isso que agradece o trabalho da Presidente da CPCJ e de toda a sua equipa por todo o trabalho desenvolvido. Solicitou de seguida uma salva de palmas para a Presidente da CPCJ, o que foi feito.

Foi tomado conhecimento do Relatório Anual de Atividades e Avaliação do ano de dois mil e quinze da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Tarouca.

2. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO

Fl. **038**

2016.02.29

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL****13° DO DECRETO-LEI N° 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI N° 32/2012, DE 14 DE AGOSTO (REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA - RJRU)**

Presente a proposta de delimitação da Áreas de Reabilitação Urbana, nos termos do disposto no n° 2 do artigo 13° do Decreto-Lei n° 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n° 32/2012, de 14 de agosto (regime jurídico da reabilitação urbana - RJRU), aprovada pela Câmara Municipal em sua reunião de dezassete de dezembro de dois mil e quinze, a qual foi enviada a todos os membros antecipadamente, e que a seguir se transcreve:

**"DELIMITAÇÃO DAS ÁREAS DE REABILITAÇÃO URBANA
PROPOSTA**

Nos termos do disposto no n° 2 do artigo 13° do decreto-Lei n° 307/2009, de 23 de outubro, na redação dada pela Lei n° 32/2012, de 14 de agosto (regime jurídico da reabilitação urbana - RJRU), apresenta-se a proposta de delimitação das Áreas de Reabilitação Urbana, doravante ARUs, contendo os seguintes documentos:

- a) Memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área e os objetivos estratégicos a prosseguir;
- b) A planta com a delimitação da área abrangida;
- c) O quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14° do RJRU.

1 - Assim, propõe-se à Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no n°1 do artigo 13° do citado Decreto-Lei n° 307/2009, de 23.10 (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana), a aprovação da proposta de delimitação das seguintes áreas de reabilitação urbana (ARU's) no Município de Tarouca:

ARU 1 - DELIMITAÇÃO DA ARU DA SEDE DO CONCELHO E SEU CENTRO HISTÓRICO

ARU 2 - DELIMITAÇÃO DA ARU DE UCANHA E GOUVIÃES

ARU 3 - DELIMITAÇÃO DA ARU DE SALZEDAS

ARU 4 - DELIMITAÇÃO DA ARU DE SÃO JOÃO DE TAROUCA

ARU 5 - DELIMITAÇÃO DA ARU DE OUTEIRO, e documentos contidos na mesma, a saber:

- a) as respetivas memórias descritivas e justificativas, que incluem os critérios subjacentes à delimitação de cada uma das áreas e os objetivos estratégicos a prosseguir;
- b) as plantas com a delimitação das áreas abrangidas;
- c) o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14° do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n° 307/2009, de 23.10, com as alterações introduzidas pela Lei n° 32/2012, de 14.08 e pelo Decreto-Lei n° 136/2014, de 09.09, conjugado com o disposto no artigo 16° da Lei n° 73/2013, de 03.09, que é o seguinte:

1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI):

1.1. Isenção de IMI, por um período de 5 anos, aos prédios urbanos objeto de reabilitação urbana, a contar do ano da conclusão da reabilitação (inclusive), podendo ser renovada por um período adicional de 5 anos (n.º 7 do artigo 71º do Estatuto dos Benefícios Fiscais-EBF);

1.2. Agravamento para o triplo no caso de imóveis devolutos há mais de um ano e de prédios em ruína, conforme definição e conceito contido na redação do Decreto-Lei 159/2006, de 8 de Agosto (n.º 3 do artigo 112º do CIMI);

1.3. Majoração em 30% a taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como degradados aqueles que face ao seu estado de degradação não cumpram satisfatoriamente a sua função ou coloquem em causa a segurança de pessoas e bens (n.º 8 do artigo 112º do CIMI).

2. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI):

2.1. Isenção de pagamento na primeira transmissão de imóvel reabilitado em ARU (ou suas frações) destinado exclusivamente a habitação própria e permanente (n.º 8 do artigo 71º do EBF).

Propõe-se ainda que seja tomado conhecimento dos outros benefícios fiscais legalmente previstos para este tipo de intervenção urbana:

1. IMI-Isenção de pagamento na aquisição de prédios destinados a reabilitação urbanística, desde que, inicie a respetiva obra no prazo de dois anos (artigo 45º do EBF).

2. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)

2.1. Dedução à coleta de 30% dos encargos suportados pelos proprietários, relacionados com a reabilitação, até ao limite de 500 euros (n.º 4 do artigo 71º do EBF);

2.2. Tributação das mais-valias obtidas com a alienação de imóveis recuperados à taxa reduzida de 5% (sem prejuízo da opção de englobamento), quando decorrentes da alienação de imóveis recuperados nos termos da estratégia da ARU (n.º 5 do artigo 71º do EBF).

2.3. Tributação à taxa de 5 % (sem prejuízo da opção de englobamento) dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento de imóveis recuperados nos termos da estratégia da ARU (n.º 6 do artigo 71º do EBF).

3. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Taxa reduzida em obras de reabilitação urbana (empreitadas - 6%).

Mais se propõe que esta proposta seja submetida à aprovação da Assembleia Municipal.

Tarouca, 15 de dezembro de 2015.

A Vereadora do Pelouro,

a) Susana Cristina Dias Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que iniciou por explicar que as ARUS são documentos estratégicos para o território do



2016.02.29

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Concelho, que foi dividido em cinco áreas de reabilitação urbana.

Explicou ainda que os documentos apresentados não são os documentos finais, e que podem ainda ser alterados a todo o momento, antes de se tornarem definitivos, contudo tiveram de ser elaborados para se demonstrar que o Município está interessado na candidatura que em breve terá de ser efetuada.

Interveio o membro **António do Carmo Santos**, tendo dito que se apercebeu que este documento é muito complexo, e que por isso não tiveram o tempo necessário para o analisar, mas na sequência da explicação do Senhor Presidente da Câmara já fica mais tranquilo.

Manifestou o seu reconhecimento à Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira, pela elaboração destes documentos, dada a sua complexidade.

Disse ainda que nestes documentos há questões que podem mexer com muita população do Concelho, mas dado que podem ser alvo de novos estudos e de alterações, de acordo com a informação do Senhor Presidente da Câmara, não vê problema na sua aprovação.

Perguntou se os particulares, cujas casas se situam dentro da área da reabilitação, poderão obter apoios financeiros e fiscais na aprovação dos projetos de recuperação das habitações.

Perguntou ainda qual o papel da Autarquia perante situações em que os proprietários, mesmo com apoios, não recuperem as respetivas habitações.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à **Senhora Vereadora Susana Cristina Dias Pereira**, que informou que a delimitação das ARUS são o início do processo para se incentivar a voltar a habitar os centros históricos das localidades, cujo processo serve para demarcar as áreas onde incidirão os programas, ficando desta forma prontas para serem sinalizadas, estando associadas a núcleos consolidados junto a monumentos classificados.

Explicou que para os particulares ou a Autarquia se poderem candidatar a algum investimento ou apoio para recuperação urbana, têm de estar definidas as ARUS, que é o início do processo.

Disse ainda que a partir desta data dispõem de três anos para desenvolver a ORU, que são as operações de reabilitação urbana, que irá especificar quantos edifícios temos, quantos estão degradados, quantos estão desabitados, etc. Explicou que existe também o PARU, que é o programa das ações para estas áreas de reabilitação urbana, que definirá as verbas destinadas àquelas áreas, pretendendo-se nesse âmbito fazer algo realista.

Explicou ainda que as habitações abrangidas terão de ser objeto de efetivas ações revitalizadoras do núcleo para poderem obter isenções.

Concluiu informando que os particulares, que não fizeram as intervenções nas suas habitações, verão agravados os seus impostos.

Terminada a discussão, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 13.º do citado Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23.10 (Regime Jurídico da Reabilitação Urbana), a delimitação das seguintes áreas de reabilitação urbana (ARU's) no Município de Tarouca:

- ARU 1 - DELIMITAÇÃO DA ARU DA SEDE DO CONCELHO
- ARU 2 - DELIMITAÇÃO DA ARU DE UCANHA E GOUVIÃES
- ARU 3 - DELIMITAÇÃO DA ARU DE SALZEDAS
- ARU 4 - DELIMITAÇÃO DA ARU DE SÃO JOÃO DE TAROUCA
- ARU 5 - DELIMITAÇÃO DA ARU DE OUTEIRO, e documentos contidos na mesma, a saber:

a) as respetivas memórias descritivas e justificativas, que incluem os critérios subjacentes à delimitação de cada uma das áreas e os objetivos estratégicos a prosseguir;

b) as plantas com a delimitação das áreas abrangidas;

c) o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, nos termos da alínea a) do artigo 14.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23.10, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 32/2012, de 14.08 e pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09.09, conjugado com o disposto no artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09, que é o seguinte:

1. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI):

1.1. Isenção de IMI, por um período de 5 anos, aos prédios urbanos objeto de reabilitação urbana, a contar do ano da conclusão da reabilitação (inclusive), podendo ser renovada por um período adicional de 5 anos (n.º 7 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais-EBF);

1.2. Agravamento para o triplo no caso de imóveis devolutos há mais de um ano e de prédios em ruína, conforme definição e conceito contido na redação do Decreto-Lei 159/2006, de 8 de Agosto (n.º 3 do artigo 112.º do CIMI);

1.3. Majoração em 30% a taxa aplicável aos prédios urbanos degradados, considerando-se como degradados aqueles que face ao seu estado de degradação não cumpram satisfatoriamente a sua função ou coloquem em causa a segurança de pessoas e bens (n.º 8 do artigo 112.º do CIMI).

2. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMT):

2.1. Isenção de pagamento na primeira transmissão de imóvel reabilitado em ARU (ou suas frações) destinado exclusivamente a habitação própria e permanente (n.º 8 do artigo 71.º do EBF). Foi ainda tomado conhecimento dos outros benefícios fiscais legalmente previstos para este tipo de intervenção urbana:



Fl. 040
2016.02.29

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

1. IMT-Isenção de pagamento na aquisição de prédios destinados a reabilitação urbanística, desde que, inicie a respetiva obra no prazo de dois anos (artigo 45º do EBF).

2. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)

2.1. Dedução à coleta de 30% dos encargos suportados pelos proprietários, relacionados com a reabilitação, até ao limite de 500 euros (n.º4 do artigo 71º do EBF);

2.2. Tributação das mais-valias obtidas com a alienação de imóveis recuperados à taxa reduzida de 5% (sem prejuízo da opção de englobamento), quando decorrentes da alienação de imóveis recuperados nos termos da estratégia da ARU (n.º5 do artigo 71º do EBF).

2.3. Tributação à taxa de 5 % (sem prejuízo da opção de englobamento) dos rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos quando sejam inteiramente decorrentes do arrendamento de imóveis recuperados nos termos da estratégia da ARU (n.º6 do artigo 71º do EBF).

3. Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)

Taxa reduzida em obras de reabilitação urbana (empreitadas - 6%).

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

3. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE NOMEACÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, "BDO & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES DE CONTAS, LDA.", COMO AUDITORA EXTERNA RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 76º E 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 03.09, PARA OS ANOS DE 2016 E 2017

Presente a proposta de nomeação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda" como auditora externa responsável pela certificação legal de contas, nos termos dos artigos 76º e 77º da lei nº 73/2013, de 03.09, para os anos de 2016 e 2017, aprovada em reunião camarária de onze de fevereiro de dois mil e dezasseis, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros, e que a seguir se transcreve:

"NOMEACÃO DA SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, " BDO & ASSOCIADOS, SOCIEDADE DE REVISORES DE CONTAS, LDA", COMO AUDITORA EXTERNA RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 76º E 77º DA LEI Nº 73/2013, DE 03.09, PARA OS ANOS DE 2016 E 2017

PROPOSTA

De acordo com o nº1 do artigo 76º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, os documentos de prestação de contas do Município (obrigado à adoção de contabilidade patrimonial) são remetidos ao órgão deliberativo para apreciação, juntamente com a certificação legal de contas e o parecer sobre as mesmas, apresentado pelo revisor oficial de contas ou sociedade de revisores oficiais de contas.

O auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob

proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas (nº1 do artigo 77º).

Neste contexto legal, após prévio parecer favorável do órgão executivo, exigido no artigo 6º do Decreto-Lei nº209/2009, de 03.09, pretende-se adjudicar a prestação destes serviços nos anos de 2016 e 2017, à sociedade " BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda", com sede em Lisboa, pelo valor máximo de € 14 760,00, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Assim,

Proponho a Vs. Exas. que esta Câmara Municipal no uso da competência prevista no nº 2 do artigo 77º da Lei nº 73/2013, de 3.09, delibere propor à Assembleia Municipal a nomeação da sociedade de revisores oficiais de contas, " BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda.", com sede em Lisboa, como auditora externa responsável pela certificação legal de contas, nos termos dos artigos 76º e 77º da Lei nº 73/2013, de 03.09, nos anos de 2016 e 2017.

Paços do Município, 04 de fevereiro de 2016

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, que explicou, que mais uma vez em cumprimento da legislação em vigor, foi apresentada pela sociedade "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda." a melhor proposta para a realização dos serviços pretendidos.

Não tendo havido outras intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação, tendo sido deliberado por unanimidade nomear a sociedade de revisores oficiais de contas, "BDO & Associados, Sociedade de Revisores de Contas, Lda.", com sede em Lisboa, como auditora externa responsável pela certificação legal de contas, nos termos dos artigos 76º e 77º da Lei nº 73/2013, de 03.09, para os anos de 2016 e 2017.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À NATALIDADE NO MUNICÍPIO DE TAROUÇA

Presente o projeto de Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Município de Tarouca, aprovado em reunião camarária de onze de fevereiro de dois mil e dezasseis, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a passou ao **Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo**, que iniciou por referir que esta não é uma medida isolada, foi pensada num conjunto de outros benefícios que estão a ser objeto de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA****ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

estudo, designadamente o apoio a alunos que estão a estudar no ensino superior, para além de um conjunto de outras valências na área social que pretendem que venham a ser abrangidas, para que tenham a transparência necessária.

Referiu que o Concelho sofre de redução das taxas de natalidade, mesmo sendo um dos Concelhos do Douro Sul que tem tido uma menor taxa de redução da população.

Explicou que este regulamento não é só um incentivo à natalidade, mas é também um incentivo ao comércio local, porque é obrigatório que o apoio a ser atribuído até ao limite máximo de seiscentos euros seja efetivamente gasto no Concelho.

Disse ainda que este incentivo se divide em duas formas: despesas com a criança até ao limite máximo de seiscentos euros ou despesas com a creche, tendo para o efeito sido celebrado um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia para as crianças poderem frequentar gratuitamente durante um ano a creche, assumindo o Município esse encargo.

Concluiu informando que o regulamento depois de aprovado terá efeitos retroativos a um de janeiro do corrente ano.

Intervieram os seguintes membros:

- **Liliana Matias Soares** - Disse que os jovens cada vez têm menos filhos e, quando os têm, é cada vez mais tarde, o que se passa não só em Tarouca, mas em todo o País, só que esta situação agrava-se no interior.

A propósito, lembrou que, na primeira sessão da Assembleia Municipal em que participou no anterior mandato, manifestou a necessidade de serem dados incentivos à natalidade, contudo sentiu que de nada valia o seu alerta, pois nada foi concretizado, mesmo sendo uma necessidade emergente.

Referiu que, por isso, ficou muito satisfeita com esta medida e com o valor do apoio previsto, tendo dado os parabéns ao Executivo por pensar nos jovens do Concelho e incentivar a que aqui se fixem, tendo concluído a sua intervenção com as seguintes palavras de *Franklin Roosevelt* "Nem sempre podemos construir o futuro para nossa juventude, mas podemos construir a nossa juventude para o futuro."

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Louvou a agradeceu a atitude do Executivo, porque apesar de este regulamento não resolver todos os problemas de natalidade, poderá ajudar.

Referiu que a falta de natalidade está muito relacionada com a precaridade de emprego, e que vai ser um problema ainda maior no futuro, pois os jovens vão protelando no tempo a decisão para ter filhos, por isso todas as pequenas medidas são importantes para tentar colmatar esse problema.

- **António do Carmo Santos** - Disse que este documento é um incentivo à natalidade, para além de poder vir a cativar casais jovens a residir no Concelho.

Propôs que o artigo 3º do regulamento seja alterado, porque lhe parece existir ali uma contradição, uma vez que refere que

todas as crianças nascidas no Concelho a partir de um de janeiro terão direito ao apoio. Contudo depois refere que a apresentação das candidaturas deve ser efetuada até 60 dias contados a partir da data do nascimento do latente. Ora, se um casal estiver a residir cá só a partir de novembro de 2015, e o seu filho nasça em janeiro de 2016, já não terá direito ao apoio, pois ainda cá não reside há seis meses, o que quer dizer que não é para todas as crianças que nasçam a partir de um de janeiro. Sugeriu por isso que seja alterado o texto de forma a que fique mais perceptível essa situação.

- **António Luís Carrapa Sarmento** - Disse que percebe a preocupação do membro António Carmo Santos, porque de facto também ficou com a mesma dúvida, ou seja se um casal que tenha vindo residir para o Concelho em outubro e que tenha um filho que nasceu em janeiro pode pedir este apoio em março, que é quando perfazem os seis meses de residência no Concelho. Considera que a questão da natalidade é fundamental, porque efetivamente existe um problema sério, que poderá implicar o encerramento de alguns níveis de ensino no futuro, que as aldeias fiquem reduzidas apenas aos idosos e por isso desertificadas, o que será também muito prejudicial à economia do Concelho.

Referiu que esta medida poderá não resolver o problema como já foi dito, mas que em conjunto com outras iniciativas já aprovadas, nomeadamente a redução da taxa de IMI para casais com mais de um filho, o apoio ao nível do turismo, aos produtos endógenos, etc. pode criar condições para cativar a fixação de população.

Acrescentou que, por outro lado, estas medidas não terão um impacto muito significativo se a política a nível regional não se alterar e não forem revistas muitas outras medidas a nível nacional, tais como: o aumento do tempo das licenças de parentalidade; a permissão do trabalho a meio tempo para as mães; a diminuição dos cortes no abono de família, entre outras, a exemplo do que acontece nos países do Norte da Europa.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que este Regulamento tem uma importância significativa no premiar da natalidade, tendo em conta todas as preocupações que existem com a questão demográfica no concelho e na região.

Referiu que tem vindo a falar insistentemente sobre este assunto, porque a tempestade que nos tem assolado a que se pode chamar de "não há ninguém" vai ser terrível e todos devem ter absoluta consciência de que temos de fazer alguma coisa para mudar essa situação. Ora, uma vez que não está nas nossas mãos mudar o ciclo humano, deveremos pensar o Concelho e a região de forma diferente, pois a nossa escala já é muito pequena, necessitando-se urgentemente de uma mais alargada.

Desafiou por isso todos os presentes a tomarem consciência desta realidade e a pensar no Concelho de uma forma mais



Fl. 042
2016.02.29

MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alargada, pois daqui a uns anos não teremos ensino secundário em Tarouca e não teremos quem utilize os equipamentos que existem. Considera muito importante a obra que este Executivo e as Instituições do Concelho de forma global têm vindo a realizar, que é trabalhar o fator humano.

Acrescentou que entende que é importante que no seio desta Assembleia e nas outras da região se tome consciência deste facto e se comece a agir rapidamente, dando a força política possível aos respetivos Presidentes de Câmara para tomarem medidas que permitam que a região sobreviva.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal disse que para além desta medida de incentivo à natalidade, já outras têm sido tomadas.

Referiu que nesta última viagem que fez à Suíça, conversou com Presidentes de Câmara da região, a quem pediu que estimassem os emigrantes portugueses, naturais do Concelho, que residem e trabalham na zona de S. Mauritz, porque sabe que aquele País, e muito concretamente aquela região, também está com uma situação preocupante, em questões de turismo.

Explicou que na referida zona de S. Mauritz o turismo baixou, e já há gente desempregada, por isso o Executivo tenta manter uma boa relação com os autarcas da região, para que tratem bem os nossos emigrantes, uma vez que não dispomos atualmente condições de estabilidade para os receber todos os emigrantes no Concelho. Os autarcas foram claros nos seus discursos, tendo referido que registaram com agrado as nossas preocupações e que iriam ter mais atenção aos nossos emigrantes. Informou ainda que a natalidade também está a baixar na Suíça.

Considera que é preciso criar estabilidade no Concelho, e tudo têm feito para ajudar os empresários do Concelho para que não fechem as suas portas. Manifestou a sua satisfação por verificar que no Concelho todas as instituições estão a colaborar, para a criação de emprego. Salientou a necessidade de haver mais investimento privado no Concelho, referindo as dificuldades que têm tido em adquirir terrenos para a zona industrial, por razões de saúde do proprietário.

O Senhor Vice Presidente em resposta à questão apresentada pelo membro António do Carmo Santos apresentou a seguinte proposta de alteração ao Regulamento:

"Al.b) do art. 3º:

Que o requerente ou requerentes do direito ao incentivo residam, em alguma das freguesias do concelho de Tarouca, no mínimo há seis (6) meses contínuos, anteriores à data do nascimento da criança ou que residam no concelho de Tarouca seis (6) meses contínuos, contados desde a data do nascimento da criança até à data de atribuição do incentivo;

Nº 3 do artigo 4º:

3 - As candidaturas podem ser apresentadas até sessenta (60) dias úteis, contados a partir da data de nascimento do latente

e/ou após a data da entrada em vigor do presente regulamento ou sessenta (60) dias após a contagem dos seis (6) meses de residência no concelho de Tarouca, de acordo com a alínea b) do art. 3º."

Terminada a discussão do assunto, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o documento à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar o Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade no Município de Tarouca, com a introdução das seguintes alterações propostas:

"Al.b) do art. 3º:

Que o requerente ou requerentes do direito ao incentivo residam, em alguma das freguesias do concelho de Tarouca, no mínimo há seis (6) meses contínuos, anteriores à data do nascimento da criança ou que residam no concelho de Tarouca seis (6) meses contínuos, contados desde a data do nascimento da criança até à data de atribuição do incentivo;

Nº 3 do artigo 4º:

3 - As candidaturas podem ser apresentadas até sessenta (60) dias úteis, contados a partir da data de nascimento do latente e/ou após a data da entrada em vigor do presente regulamento ou sessenta (60) dias após a contagem dos seis (6) meses de residência no concelho de Tarouca, de acordo com a alínea b) do art. 3º".

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura da reunião, pelas dezassete horas e trinta minutos foi feito um intervalo, tendo o Senhor Presidente da Câmara convidado todos os membros a visitarem a exposição de colecionismo que está a decorrer no salão nobre e que foi hoje inaugurada.

Foram retomados os trabalhos pelas dezassete horas e cinquenta minutos, com a presença dos mesmos membros com exceção do membro Manuel Francisco Pinto Laranjo, que se ausentou.

PONTO 5. APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO REGULAMENTO PROVISÓRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE TAROUCA

Presente o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança de Tarouca, nos termos do nº. 1 do art.º. 6º. da Lei nº. 33/98, de 18 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei nº 106/2015, de 25 de agosto, o qual foi enviado antecipadamente a todos os membros.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que cabe à Assembleia Municipal aprovar o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança, para promover a política de segurança no Concelho, o qual juntará diversas instituições e personalidades, e será presidido pelo Senhor Presidente da Câmara.

Disse ainda que é necessário definir no Regulamento alguns pontos na composição do Conselho, pelo que, após ter



Fl.

043

2016.02.29

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

consultado os líderes dos partidos, a Mesa da Assembleia apresenta a seguinte proposta:

"PROPOSTA

A Mesa da Assembleia propõe a V.s. Exas. que sejam os seguintes os números a definir para a composição do Conselho Municipal de Segurança de Tarouca:

d) 2 Presidentes das juntas de freguesia;

j) Os responsáveis na área do município pelos organismos de assistência social com intervenção na área do Município: 2

k) Os responsáveis das associações económicas, patronais e sindicais, em número a definir no regulamento de cada conselho - 1;

l) 5 cidadãos de reconhecida idoneidade, a designar pela Assembleia Municipal;

Mais se propõe que sejam conferidos poderes ao Presidente da Assembleia Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal para escolher os respetivos elementos.

Tarouca, 29 de fevereiro de 2016.

A Mesa da Assembleia,"

Intervieram os seguintes membros:

- **António Carmo Santos** - Perguntou se essa situação já foi concertada com os líderes.

- **Luís Fernando Coelho de Barros Pereira** - Propôs que seja dado um voto de confiança para a escolha dos nomes, mas que a lista seja sujeita a ratificação na próxima sessão da Assembleia.

- **Rui Fernando Guedes Raimundo** - Perguntou se dando esse voto de confiança, podem ainda fazer alguma alteração na próxima sessão.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** informou que se comprometeu com os líderes a apresentar-lhes os nomes, para simplificar o trabalho e permitir que na próxima sessão da Assembleia já possam tomar posse os membros do Conselho.

Terminada a discussão do assunto, foi deliberado por unanimidade o seguinte:

- aprovar a proposta supra transcrita;

- aprovar o Regulamento Provisório do Conselho Municipal de Segurança de Tarouca, o qual será enviado a título consultivo ao conselho, depois de instalado, em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 33/98, de 18 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 106/2015, de 25 de agosto.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nesta altura da reunião, o membro Manuel do Carmo Ferreira retirou-se da reunião.

6. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DO PROGRAMA "CIDADÃO PARTICIPA"

Presente a proposta da Comissão Permanente da Assembleia Municipal, datada de 12.02.2016, de alteração ao Regulamento do Programa "Cidadão Participa", aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 28 de fevereiro de 2014, da qual foi tomado conhecimento em reunião da Câmara Municipal de 25.02.2016, e que foi enviada antecipadamente a todos os membros e a seguir se transcreve:

**"REGULAMENTO DO PROGRAMA "CIDADÃO PARTICIPA" - ALTERAÇÃO
PROPOSTA**

O Regulamento do Programa "Cidadão Participa" em vigor foi aprovado pela Câmara Municipal em reunião de 13 de fevereiro de 2014 e pela Assembleia Municipal em sessão de 28 de fevereiro de 2014.

Considerando a experiência adquirida nos dois anos da realização daquele concurso, a Comissão Permanente da Assembleia Municipal, em sua reunião de 12.02.2016, entendeu que o mencionado regulamento deverá ser objeto de algumas alterações.

Assim, entendeu-se que deve ser suprimido o artigo 6º, deixando de haver apreciação e seleção prévias das candidaturas pela Comissão Permanente, uma vez que se considerou que é mais justo e democrático passarem todos os projetos a ser apresentados e votados no Congresso.

Por idênticos motivos, entendeu-se que também deve ser cumprido o júri, passando os projetos a ser votados unicamente pelos cidadãos congressistas.

Assim sendo, propomos a Vs. Exas. que esta Assembleia Municipal delibere ao abrigo da alínea k) do nº 2 do art. 25º, da Lei nº 75/2013, de 12.09, aprovar as seguintes alterações ao Regulamento do Programa "Cidadão Participa":

- Eliminação do artigo 6º;
- Alteração do artigo 7º, o qual passará a ser o artigo 6º e terá a seguinte redação:

Artigo 6º

(Votação dos projetos no Congresso)

A votação dos projetos no Congresso, após a respetiva apresentação, será efetuada da seguinte forma:

1º - Os cidadãos congressistas procederão à votação dos projetos por braço no ar, e pela seguinte ordem:

- Votação para o 1º lugar;
- Votação para o 2º lugar;
- Votação para o 3º lugar.

2º - Em caso de empate na votação, proceder-se-á a nova votação entre os 2 projetos empatados, se persistir o empate, proceder-se-á ao sorteio dos projetos empatados.

Os artigos seguintes do Regulamento serão renumerados de acordo com a alteração efetuada.

Tarouca, 12 de fevereiro de 2016.

A Comissão Permanente,"



MUNICÍPIO DE TAROUCA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** explicou que os projetos que forem apresentados vão ser todos votados no Congresso, sem haver qualquer seleção anterior, salientando o facto de se pretender com esta alteração reforçar ainda mais a democracia direta, dando-se totalmente a oportunidade aos cidadãos de escolherem os projetos, através de três únicas votações.

Intervieram os seguintes membros:

- **António do Carmo Santos** - Disse que dessa forma a população pode mobilizar-se e votar só num projeto, o que não acha justo.

- **Balduino do Carmo Fonseca** - Perguntou porque é que se vai começar a votar pelo primeiro lugar e não se começa pelo terceiro.

- **Rufino Marcelo Queirós** - Perguntou se não seria possível que cada pessoa presente apenas votasse só num projeto.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** explicou que o princípio subjacente é o da democracia direta, e quem vota no Congresso tem uma experiência única de votação numa democracia direta.

Explicou ainda que serão distribuídas cartolinas pelos congressistas em número igual ao dos projetos, contendo o número de cada projeto, para que possam votar no número correspondente ao projeto escolhido.

Referiu que entende que se os projetos comessem a ser votados pelo terceiro lugar, as pessoas poderiam ser induzidas em erro, pensando que estavam a votar no primeiro lugar, e por isso se entendeu que a votação deve iniciar pela escolha do primeiro lugar.

O **Primeiro Secretário, Rui Manuel Costa Pereira** acrescentou que apenas serão efetuadas três votações, começando-se pela votação para o primeiro lugar, de seguida para o segundo lugar e por fim para o terceiro lugar.

Terminada a discussão do assunto, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal** colocou a proposta à votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade, com as seguintes alterações ao Regulamento do Programa "Cidadão Participa":

- Eliminação do artigo 6°;
- Alteração do artigo 7°, o qual passará a ser o artigo 6° e terá a seguinte redação:

Artigo 6°

(Votação dos projetos no Congresso)

A votação dos projetos no Congresso, após a respetiva apresentação, será efetuada da seguinte forma:

1° - Os cidadãos congressistas procederão à votação dos projetos por braço no ar, e pela seguinte ordem:

- Votação para o 1° lugar;
- Votação para o 2° lugar;
- Votação para o 3° lugar.

2° - Em caso de empate na votação, proceder-se-á a nova votação entre os 2 projetos empatados, se persistir o empate, proceder-se-á ao sorteio dos projetos empatados. Os artigos seguintes do Regulamento serão renumerados de acordo com a alteração efetuada.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 7. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO RESPEITANTE AOS COMPROMISSOS COM ENCARGOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS NO PERÍODO DE 17.11.2015 A 08.02.2016

Presente a informação aprovada em reunião da Câmara Municipal de onze de fevereiro corrente, respeitante à realização de despesas com encargos plurianuais contraídas no período de 17.11.2015 A 08.02.2016, ao abrigo da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, a qual foi enviada antecipadamente a todos os membros para apreciação e será arquivada sob o número nove, do maço de documentos número um, do livro de atas número onze, e que a seguir se transcreve:

"INFORMAÇÃO SOBRE AS DESPESAS COM ENCARGOS PLURIANUAIS A PRESTAR À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PERÍODO DE 17.11.2015 A 08.02.2016

Junto em anexo a lista das despesas com encargos plurianuais contraídas no período de 17.11.2015 a 08.02.2016, ao abrigo da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal em 28.11.2015.

Esta informação após aprovação pela Câmara Municipal será remetida à Assembleia Municipal para conhecimento.

Paços do Município, 08.02.2016.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para explicar o assunto, que a passou ao Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo.

O Senhor Vereador José Damião Lopes Guedes de Melo salientou que neste período foram contratualizados os circuitos especiais de transportes escolares

Foi tomado conhecimento da presente informação.

PONTO 8 - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, DA RESPECTIVA SITUAÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS EMPRESAS LOCAIS E EM QUAISQUER OUTRAS ENTIDADES

Presente a informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, da respetiva situação financeira e dos resultados da participação do Município nas empresas locais e em quaisquer outras entidades (alíneas b) e c) do n° 2 art.º. 25° da Lei n° 75/2013, de 12.09), a qual foi enviada com antecedência para todos os membros e será



2016.02.29

MUNICÍPIO DE TAROUCA**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

arquivada sob o número dez, do maço de documentos número um, do livro de atas número onze.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara**, que iniciou por explicar que a revisão do PDM está quase a terminar a que se seguirá um espaço para discussão pública e se as pessoas tiverem algum pedido de alteração poderão apresentá-los durante esse período, que é a altura adequada par ao efeito.

Interveio o seguinte membro:

- **Vítor Alexandre Cardoso Ferreira** - Agradeceu as obras executadas na sua freguesia.

Propôs que seja estudada a possibilidade de ser criada uma ARU na zona envolvente à Fundação Sineira, porque poderia ser um incentivo para o crescimento do local.

Solicitou informação acerca da plantação de sabugueiros no terreno sito no lugar do Minério, uma vez que a população tem-no questionado para que se destinam e para quem serão os dividendos.

Perguntou ainda se já foi colocado todo o relvado do parque desportivo, porque necessitava de algum para aplicar a sua freguesia.

Solicitou o arranjo do muro no caminho das Eiras, em Formilo.

O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** em resposta disse que foram criadas cinco ARUS, quando noutros Municípios há apenas uma ou duas, de qualquer forma irá tomar nota do pedido.

Quanto à plantação no terreno do Minério, disse que visitou o terreno e entendeu que o mesmo pode ser rentabilizado e por isso decidiu celebrar um protocolo com a Régiefrutas, obrigando-se a pessoa que explora o terreno de pagar anualmente vinte por cento do que colher.

Quanto ao relvado, se houver disponibilidade será colocado. Em relação ao muro do caminho das Eiras, disse que estão à espera de novo programa do Centro de Emprego para terem mais trabalhadores.

Informou ainda, relativamente às Aldeias de Cor, que como não obtiveram qualquer resposta por parte da empresa, nem atendem o telefone, lhes enviaram em doze de janeiro findo um ofício, o qual leu em voz alta, no qual insistem para que a empresa comunique qual a posição em relação ao assunto.

Em relação à Régiefrutas, deu conhecimento que tiveram a primeira encomenda de kiwi para a Holanda e para a Espanha, começando a dar sinais que vai começar a trabalhar a sério.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, relativamente às Aldeias de Cor, disse que fica satisfeito com o facto de ter sido pressionada a empresa novamente, pois julga que poderemos vir a ter problemas, por isso entende que se deve estar muito atentos e resolver o problema da forma mais adequada.

Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara que transmita aos Senhores Vereadores que faltaram a esta reunião a necessidade de justificarem as suas faltas.

Concluiu dizendo que esta Assembleia Municipal é claramente diferente, porque por um lado têm um Executivo diferenciador, e por outro lado, porque conseguem aqui explanar ideias, apresentar soluções, com a grande bandeira dos valores humanos, o que é extremamente importante, sendo um privilégio presidir a este órgão. Agradeceu a todo o público por estarem presentes nesta reunião.

Procedeu-se de seguida à leitura em voz alta da minuta das deliberações aprovadas nesta sessão, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião pelas dezanove horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de aprovada vai ser assinada nos termos legais.

E eu, *Antónia Guerra Borges*, Coordenadora Técnica da Secção de Expediente Geral e Apoio aos Órgãos Autárquicos, designada para secretariar a reunião, a redigi e subscrevi.

O Presidente da Assembleia Municipal,

